

As políticas setoriais na agroindústria canavieira paranaense: um enfoque neocorporativista

*Clélio Roberto Marschall¹
Darcy Jacob Rissardi Júnior²
Jefferson Andronio Ramundo Staduto³
Pery Francisco Assis Shikida⁴*

RESUMO

O objetivo desse estudo é investigar as novas formas de organização da agroindústria canavieira paranaense, à guisa do neocorporativismo, buscando identificar seus atores e papéis no sistema, bem como o atual momento de orquestração de interesses dessa atividade produtiva frente aos desafios da desregulamentação de mercado. Como corolário, ficou evidenciado que os agentes econômicos atuantes neste setor não atingiram um grau de integração que os permitisse atingir a auto-regulação, desejo acalentado por muitos empresários do ramo. Contudo, acredita-se, de modo geral, que a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool possa equilibrar, mediante ações coerentes, as forças dos agentes presente neste sistema.

Palavras-chave: cadeia agroindustrial, cana-de-açúcar, neocorporativismo, Paraná.

ABSTRACT

THE SECTORIAL POLICIES IN THE SUGAR CANE INDUSTRY IN PARANÁ STATE: A NEO-CORPORATIVIST ANALYSIS - The purpose of this paper is to investigate

-
- ¹ Administrador, Coordenador de Programas de Qualidade da Cooperativa Agroindustrial Lar - Medianeira -PR. Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE - Toledo.
- ² Administrador, Técnico Administrativo do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - Unidade de Medianeira - PR. Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE - Toledo.
- ³ Doutor Professor Adjunto do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE-Toledo. Pesquisador do GEPEC - Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional
- ⁴ Doutor Professor Adjunto do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE-Toledo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e Pesquisador do GEPEC - Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional.

the new forms of organization in the sugar cane industry in the State of Paraná, by the way of the theoretical neo-corporativist reference, trying to identify actors and roles in the system, as well as the current orchestration of interests of this productive activity vis-à-vis the challenges of the market deregulation. As a corollary, the economic agents of this sector haven't reached the degree of integration necessary for self-regulation. Self-regulation is the aspiration of many entrepreneurs in this activity. However, it is generally believed that the Sectorial Chamber of the Sugar and Alcohol Productive Chain can balance, with coherent actions, the forces of the agents present in this system.

Keywords: sugar cane industry, neo-corporativist, Paraná State.

1 Introdução

O objetivo desse estudo é investigar as novas formas de organização da agroindústria canavieira paranaense, à guisa do neocorporativismo, buscando identificar seus atores e papéis no sistema, bem como o atual momento de orquestração de interesses dessa importante atividade produtiva frente aos desafios da desregulamentação de mercado.

Com efeito, a economia canavieira tem sido objeto de diversos trabalhos, como os de Szmrecsányi (1979), Belik (1992), Eid (1996), Shikida (1997), Ramos (1999), Moraes (2000), Pasin e Neves (2001), Alves (2002) e Vian (2003). Muitos temas foram abordados, o que tem oportunizado a apresentação das mais variadas *nuanças* dessa importante atividade para a economia brasileira e paranaense.

Agroindústria canavieira do Brasil experimentou uma fase de intensos investimentos até o final da década de 1980, especialmente via Programa Nacional do Alcool (Proálcool), cujo escopo era o desenvolvimento de um produto – álcool combustível – que pudesse substituir o petróleo em parte da matriz de transporte nacional, especialmente a de veículos automotores. Contudo, no início da década de 1990 o setor experimentou a retirada do estado subvencionista, que utilizava expedientes como a garantia de margens de lucro, reserva de mercado, concessão de subsídios, dentre outros, uma vez que os mercados mundiais de petróleo e do açúcar davam sinais de recuperação, e porque o próprio estado passava por forte crise fiscal e de identidade operativa (SHIKIDA, 1997). Configurava-se, então, o processo de desregulamentação da economia da cana-de-açúcar, açúcar e álcool no País (MORAES, 2000).

A partir dessa situação, viram-se as usinas em uma situação inversa, ou seja, dependendo de suas próprias ações e investimentos para a permanência no mercado. Muitas tiveram dificuldades de sobrevivência, não lhes restando outra alternativa senão fechar as portas ou serem encampadas pelas mais dinâmicas.

Não obstante, no Estado do Paraná, após o advento da desregulamentação, a agroindústria canavieira apresentou uma importante evolução. Enquanto no Brasil a produção de álcool cresceu 8,11%, no Paraná essa evolução foi de 55,89%, no período compreendido entre a safra 1990/1991 a 2002/2003. No açúcar, enquanto o Brasil cresceu 204,47%, o Paraná experimentou um crescimento de 564,33% (ASSOCIAÇÃO

DE PRODUTORES DE ALCÓOLE AÇÚCAR DO ESTADO DO PARANÁ - ALCOPAR, 2005b).

Em termos estaduais, segundo a ALCOPAR (2005a), a agroindústria canavieira paranaense conta atualmente com 27 unidades produtoras de açúcar e álcool - de modo geral de perfil moderno - atingindo economicamente 126 municípios, com geração de cerca de 74 mil empregos diretos e movimentação financeira de aproximadamente R\$ 2 bilhões. A produção de cana estadual tem acompanhado as vicissitudes da indústria sucroalcooleira, mediante investimentos na ampliação da área de cultivo e no volume de cana produzida, além de elevação da produtividade e da melhoria da qualidade da matéria-prima. Ademais, entre os principais subprodutos derivados da economia canavieira, o bagaço da cana está sendo destinado à geração de energia calorífera em unidades termoeletricas, além de constituir suplemento para a engorda de animais.

No âmbito do agregado total, na cultura da cana-de-açúcar, as usinas e destilarias ocupam 2% da área agricultável do estado - sobretudo nas regiões Norte e Noroeste (ALCOPAR, 2005a). Hoje existem mais de 300 mil hectares plantados no Estado e há, ainda, um potencial que pode ser ocupado pela cultura. Em termos quantitativos, o Paraná vem se destacando pela sua produtividade média (74 t/ha nas doze últimas safras - para efeito de cotejo, a média nacional está abaixo deste patamar) e pelo seu 2º lugar nas produções nacionais de cana-de-açúcar, açúcar e álcool (sendo responsável por 7,5% da produção canavieira, 7,9% da produção alcooleira e 6,6% da produção açucareira do País, safra 2002/03) (ALCOPAR, 2005a).

Mediante o cumprimento do objetivo já exposto deste trabalho, pretende-se com este estudo mostrar como a agroindústria canavieira paranaense organizou-se em face à nova realidade de desregulamentação estatal, buscando preencher lacunas que antes eram supremacia do Estado. Esta temática encontra uma importante base teórica e conceitual na abordagem do neocorporativismo (ou neocorporatismo), que enfatiza a organização dos diversos atores através de grupos de interesse na articulação de demandas e apoio na elaboração de políticas públicas benéficas para o setor, sejam os setores privado, público, associações e sindicatos patronais, empregados e institutos de pesquisa.

Este artigo subdivide-se em quatro seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção são expostas sucintamente a revisão de literatura e a metodologia. Os resultados e discussões derivados da pesquisa compõem a terceira seção. Por último, expõem-se as considerações finais.

2 Revisão de literatura e metodologia

2.1 Revisão de literatura

Primeiramente, nunca é demais frisar que o termo neocorporativismo não possui nenhuma relação ideológica, nem pejorativa, com a definição de corporativismo, principalmente no Brasil, que habituou a associar o termo à obtenção e manutenção de privilégios de grupos, em sua maioria políticos, para benefícios próprios. A abordagem do termo

neocorporativismo pretende interpretar as relações, principalmente políticas, que fazem parte da sociedade capitalista, em que as decisões políticas e econômicas não são definidas a partir do mercado livre e nem através de regras e normas impostas pelo Estado. Estas decisões são tomadas a partir de relações de concertação entre diversos grupos de interesses e o Estado, algo que nada tem a ver com as regras claras óbvias de decisão por unanimidade, maioria ou da autoridade, que são característicos de outros modelos de ordem social.

O enfoque moderno do termo neocorporativismo foi introduzido na literatura especializada a partir do artigo de Schmitter (1974), que buscou um conceito objetivo de corporativismo que diferenciase dos conceitos que haviam sido feitos até o século XX e que enfatizavam, em sua grande maioria, um caráter pejorativo do termo, quase sempre relacionados a governos fascistas e autoritários. Nesse artigo Schmitter elabora a seguinte definição para corporativismo:

O corporativismo pode ser definido como um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes estão organizadas dentro de um limitado número de categorias singulares, compulsórias, não-competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou licenciadas (se não criadas) pelo Estado, outorgadas com o monopólio representativo deliberado dentro das respectivas categorias em troca de certos controles na sua seleção de lideranças e articulação de demandas e apoio (SCHMITTER, 1974, citado por TAKAGI, 2004, p. 101).

Vieira (2003) também atenta para o fato do neocorporativismo demandar um número limitado de associações e que as mesmas não podem competir entre si, do contrário, os arranjos e concertações de interesses tendem a malograr. Ademais, as ligações entre as corporações e destas com o governo possuem características fechadas, sendo o Estado possuidor de um papel mais ativo.

Para Shikida (1997, p. 15), a análise neocorporativista “permite entender como e por que o Estado operacionaliza suas políticas, interagindo com uma série de grupos de interesses, seja dentro do próprio Estado e/ou fora dele”.

Este enfoque realça a suficiente flexibilidade para integrar grupos de interesses e Estado na formulação de políticas públicas, permitindo analisar como o Estado intervém e como os diferentes grupos de interesses giram em torno deste, tendo como suporte as políticas setoriais (BELIK, 1992). Portanto, é necessário que os agentes componentes, dentro do contexto neocorporativista, possuam um certo grau de simetria dos interesses, dos recursos, capacitações e comportamentos, para a implementação de pactos e compromissos estáveis (SAES, 1995).

O *approach* neocorporativista trata de como explicar as transformações advindas da maneira de mediar os interesses e de elaborar determinadas políticas nas sociedades modernas. O cerne dessa abordagem é que o comportamento político, social ou econômico não pode ser entendido exclusivamente em termos de escolhas ou preferências individuais, nem em termos de imposições ou identidades coletivas (GRAZIANO DA

SILVA, 1996).

De acordo com Takagi (2004), os estudos neocorporativistas que tiveram maior proeminência no início foram os que utilizaram o conceito de corporativismo para análise das políticas adotadas de forma global nos diversos países, e incluía um esforço de estabelecer um *ranking* de nações dentro dos estudos comparativos do seu grau de corporativização.

No entanto, os estudos de Cawson (1985), ao identificar três níveis de corporativismo, macro, meso e micro, foram de suma importância para a continuidade dos estudos neocorporativistas. Passa-se de um estudo exclusivo em termos de economia nacional para uma abordagem, também, de setores particulares e regimes supranacionais. A partir desta distinção de níveis, o corporativismo passa a adquirir contornos mais específicos.

Na abordagem meso, na qual este trabalho está inserido, o neocorporativismo é considerado:

[...] um processo sócio-político específico no qual organizações representando interesses funcionais monopolísticos se engajam em intercâmbios políticos com agências de Estado em favor de políticas públicas. Essas organizações são envolvidas em papéis que combinam representação de interesses e implementação política através de delegação de autocontrole (CAWSON, 1985 apud TAKAGI, 2004, p. 105).

Para Farina *et al.* (1997, p. 156), “as câmaras setoriais que reúnem toda uma cadeia produtiva podem funcionar como fóruns de participação estatal e privada, cujo objetivo é identificar as áreas de cooperação entre seus segmentos e oferecer instrumentos de negociação que ajudem na solução dos conflitos distributivos que naturalmente aparecem”. Isto é, existem situações em que os benefícios de uma ação coordenada e cooperativa ao longo da cadeia produtiva são evidentes. No entanto, a distribuição dos benefícios pode inviabilizar a obtenção dos benefícios mencionados.

No caso brasileiro, principalmente no início dos anos 90, a constituição de câmaras setoriais elevou as associações de classe à posição de agentes intermediários de uma política industrial que visava, na época, ganhos de qualidade e produtividade nas diversas cadeias produtivas onde foram constituídas.

A longa tradição da participação do Estado na definição de políticas e, conseqüentemente, na atuação de grupos econômicos, buscando a acumulação de privilégios, que permitem, no entendimento destes grupos, uma melhor posição em relação à concorrência, fez com que o Estado funcionasse como um agente e parceiro na regulação ou atuação em diferentes graus.

Belik *et al.* (1998) mostra que a maior indagação que se coloca para o caso da agroindústria canavieira é a de como formatar novas formas de articulação entre os seus diversos segmentos, trazendo consigo o enorme peso acumulado por um determinado tipo de convenção quanto à atuação do Estado.

A auto-regulação para o setor canavieiro sempre foi problemática. Sem a presença do Estado, como mediador, um projeto comum para o setor teria apresentado grandes

dificuldades de implementação. Diante disso, com a redução do poder do Estado sobre o setor, este não tem conseguido se emancipar e atingir a plena integração. Surgiu desta forma uma série de interesses fragmentados, com estratégias diferenciadas para as empresas que atuam no segmento canavieiro. Porém, por mais paradoxal que possa parecer, é nestas circunstâncias que as empresas ganham um novo dinamismo e começam a apresentar uma nova face. No entanto, esta diferenciação de iniciativas, em poder das empresas, dificulta uma elaboração de políticas amplas de incentivo ao setor, como, por exemplo, a do Proálcool (BELIK *et al.*, 2003).

Segundo Farina *et al.* (1997, p. 153), "o poder das associações se autogovernarem não surge, em geral, espontaneamente. Para assumir essa função, as associações precisam ser providas de autoridade para obrigar certos tipos de comportamento e coibir outros e esta autoridade só pode ser concedida pelo Estado, ou obtida por consenso".

2.2. Procedimentos metodológicos

Para abordar o estudo descrito, optou-se por realizar uma pesquisa diretamente com atores do setor: as empresas e as organizações de defesa dos interesses da agroindústria canavieira do Estado do Paraná.⁵ Os dados analisados foram obtidos junto aos atores do setor em pesquisa de campo efetuada entre os meses de dezembro/2004 e fevereiro/2005, envio de correspondências, através de e-mail e contatos telefônicos com representantes de entidades de representação patronal [ALCOPAR, Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado do Paraná (SIALPAR), Sindicato da Indústria de Açúcar do Estado do Paraná (SIAPAR) e Sindicatos Patronais], empresas, sindicato de trabalhadores, órgãos públicos e instituições de pesquisa.

O instrumento de coleta de dados foi constituído por uma série ordenada de perguntas, que foram respondidas por escrito com e sem a presença do entrevistador (MARCONI & LAKATOS, 1996). A metodologia empregada foi a de uma pesquisa de observação direta extensiva realizada através de técnica de interrogação mediante aplicação de questionário.

Conforme Chizzotti (2001), o questionário é um conjunto de questões pré-elaboradas de forma sistemática e seqüencial dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto em que os informantes saibam opinar ou informar. Portanto, é uma interlocução tecnicamente planejada.

⁵ Alguns autores usam o termo setor sucroalcooleiro ao invés de agroindústria canavieira, no entanto, dada a complexa dinâmica desta atividade produtiva, torna-se pertinente o uso do segundo termo. De fato, do craqueamento da produção canavieira derivam vários produtos (açúcar e álcool) e subprodutos (bagaço, óleo fúsel, torta de filtro, gás carbônico, etc.), sendo que outrora o açúcar era o mais destacado derivativo da cana, nas décadas de 1970 e 1980 já passou a ser o açúcar juntamente com o álcool. Atualmente, além desses dois produtos, o bagaço de cana, utilizado para a co-geração de energia elétrica, ganhou contornos nunca antes vistos no setor. Outrossim, embora exista a denominação Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool, a mesma trabalha com todos os produtos e subprodutos advindos da agroindústria canavieira.

Os segmentos pesquisados foram o privado (11 empresas), público (01 entidade), associações e sindicatos patronais (08 associações), empregados (04 sindicatos) e institutos de pesquisa (01 universidade).⁶

Dentro do universo pesquisado, o número de respostas recebidas, em todos os segmentos da cadeia, atingiu um índice superior a 50% da amostra, tornando-o significativo para a análise a que se propõe este trabalho.

Na tabulação dos questionários, foram considerados os seguintes níveis de classificação quanto a importância e/ou satisfação: de 0 - 3,0 péssimo/não importante; de 3,1 - 5,0 ruim/pouco importante; de 5,1 - 7,0 regular/regular importância; de 7,1 - 8,0 bom/importante; e de 8,1 - 10 ótimo/muito importante (GIL, 2000).

Outrossim, por critérios definidos previamente, e visando manter o anonimato das empresas e organizações, e de seus respondentes (neste caso, a diretoria), os resultados foram tabulados e analisados de forma agregada.

A figura 1 ilustra a localização das usinas e destilarias do Estado do Paraná. Pode-se observar que se encontram concentradas na porção norte do Estado, em razão das condições edafoclimáticas e da proximidade com o Estado de São Paulo, dinamicamente o de maior expressão do setor.

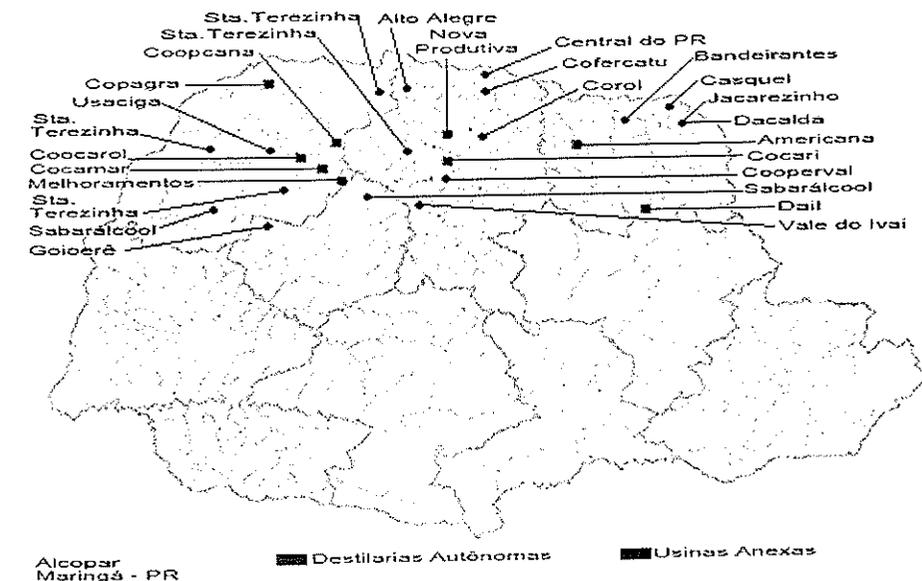


Figura 1 - Agroindústria canavieira no Paraná.

Fonte: ALCOPAR (2004)

⁶ No que diz respeito à definição da quantidade de pesquisados, optou-se por seguir um critério mais qualitativo, dimensionado pela amostragem por tipicidade (sobre isto, ver: GIL, 2000). Ou seja, selecionou-se um subgrupo da população que, com base na literatura especializada (dentre estes, ver: MORAES e SHIKIDA, 2002; SHIKIDA e FRANTZ, 2002; VIAN, 2003; e SHIKIDA *et al.*, 2004), pudesse ser considerada representativa de toda a população.

3 Resultados e discussões

3.1 A Câmara Setorial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Sob a égide da busca de formas de competição no mercado sucroalcooleiro, lançando um olhar sob toda a cadeia produtiva e visando atender a uma demanda crescente tanto interna quanto externa de energias renováveis, o Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA) realizou no dia 26 de maio de 2003 a reunião de instalação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool, isto de âmbito nacional.

Segundo a assessoria da secretaria executiva da Câmara Setorial, era desejo e prioridade para o ministro Roberto Rodrigues, ao assumir o Ministério da Agricultura, fortalecer o Consagro – Conselho Nacional do Agronegócio, vislumbrando na atuação das câmaras setoriais uma maneira eficaz de se conseguir adesão e coesão dos diversos segmentos do agronegócio brasileiro. Tanto isso é verdade que atualmente existem 17 câmaras setoriais representando praticamente todas as cadeias produtivas.

A instalação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool acontece num momento em que o Brasil passa por uma situação de mercado na qual se projeta um excesso de oferta *vis-à-vis* à demanda interna, especialmente no álcool combustível. Este cenário corroborou para a necessidade de busca de alternativas para a utilização da produção e da capacidade da indústria nacional, mormente via novos mercados e novas aplicações para os produtos, já que diversos países do mundo repensam as formas de geração de energia, como a utilização da mistura do álcool com a gasolina, e os avanços no biodiesel e o ediesel (etanol no diesel).

Além disso, destacou-se a importância de se garantir o abastecimento interno de açúcar, já que Brasil é o 5º maior produtor mundial de chocolates e o 2º maior de balas e seria importante tentar aumentar o consumo nacional destes produtos.

Na ocasião do lançamento da Câmara, o MAPA apresentou ainda outras justificativas pelas quais se faria necessária a implantação da Câmara Setorial:

- Exaustão das fontes fósseis de combustíveis;
- Protocolo de Kyoto, exigindo das empresas e governos um maior comprometimento com o meio ambiente;
- Geração de empregos;
- Oportunidade de renda rural;
- A competitividade do Brasil refletida na Balança Comercial; e,
- Arrecadação fiscal.

Para que todas essas situações pudessem ser atendidas pelo setor, seria necessário um reforço na produção e um incentivo maior no uso em larga escala da energia renovável, o que poderia inclusive - dadas as circunstâncias que interessam a outros países, especialmente as ambientais - se traduzir em vantagens competitivas no mercado externo. Além disso, seria possível um abastecimento seguro de combustível no Brasil, independente das intempéries do mercado externo, especialmente quanto a estabilidade dos preços.

Esta situação, por sua vez, não interessava somente ao poder público, já que com

um acréscimo na produção e garantia de consumo, as indústrias poderiam estar ganhando escala e produzindo com maior nível de confiança, o que poderia se converter em maiores investimentos em tecnologia. Destarte, um *acordo nacional* ou um *pacto da cadeia produtiva* se faria necessário para que essa nova realidade pudesse se concretizar. Baseados na sinergia entre as representações empresariais, representações sindicais e representações dos setores de governo, fundem-se os esforços na busca da concretização de uma lógica de desenvolvimento para o setor, a partir da definição do objetivo da Câmara Setorial, qual seja: desenhar políticas públicas necessárias ao desenvolvimento sustentável da produção e do uso de energias renováveis com respeito ao consumidor (MAPA, 2005).

A idéia era a de sair de uma conjuntura de mercado marcada pela volatilidade de volumes ofertados/demandados e de preços, elevada carga tributária, sucateamento dos carros, além de problemas de confiança e credibilidade, para uma situação em que se pudesse verificar uma estabilidade sustentada e confiança entre os agentes participantes internos e externos. Isso seria a base para o Brasil manter a sua liderança e competitividade, produzir mais, consumir mais e exportar mais; sendo mínima a regulação, mas com coordenação.

Em síntese, as prioridades de trabalho para a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool se dariam em três frentes: oferta/demanda, mercados e competitividade. Cada um desses temas deveria ser tratado de forma que pudessem ser avaliadas as suas inter-relações. Assim, para possibilitar maior praticidade e agilidade ao funcionamento da Câmara foram sugeridas a formação de três grupos de trabalho, podendo ser permanentes ou temporários. Inicialmente foram formados três comitês, quais sejam: 1) oferta/demanda e mercados; 2) oferta/demanda e competitividade; e 3) competitividade e mercados. O primeiro seria permanente e os dois últimos temporários.

Os comitês permanentes seriam responsáveis pelo estudo dos temas contínuos e que poderiam ser alvos de acompanhamento regular, como acompanhamento das safras e dos mercados. Nos comitês temporários seriam discutidos temas a serem estudados e analisados no âmbito da Câmara para posterior solução e encaminhamento às instâncias formais para avaliação e decisão.

Os grupos participantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool identificados foram:

Empresas/Empresários

1. Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – SINDICOM
2. Sindicato da Indústria do Açúcar e Alcool no Estado de Pernambuco – SINDAÇÚCAR
3. Associação Brasileira da Indústria de Base – ABDIB
4. Sindicato da Indústria de Açúcar e Alcool do Estado de Alagoas – SINDAL
5. União da Agroindústria Canavieira de São Paulo – UNICA
6. Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, Eletrônico, Siderúrgicas e Fundições de Piracicaba, Saltinho e Rio das Pedras – SIMESPI
7. Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA

8. Organização das Cooperativas Brasileiras – Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB
9. Sindicato das Indústrias de Açúcar e Alcool de Minas Gerais - SIAMIG/MG
10. Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB

Governo

1. Ministério do Meio Ambiente
2. Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
3. Confederação Nacional da Agricultura - CNA
4. Ministério da Fazenda - MINIFAZ
5. Ministério da Indústria e Comércio – MDIC
6. Ministério da Ciência e Tecnologia – Min. C&T
7. Ministério dos Transportes - MT

Trabalhadores

1. União Nordestina dos Produtores de Cana – UNIDA
2. Federação dos Plantadores de Cana do Brasil – FEPLANA
3. Associação dos Fornecedores de Cana de Campo Florido – CANACAMPO
4. Organização de Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – ORPLANA
5. Federação dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo - FEQUIMFAR

3.1.1 Funcionamento da Câmara Setorial

A estrutura chave da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool foi indicada pelo governo, representado pelo presidente do MAPA, que designou o presidente e o secretário executivo. Foi definida a formação de no máximo 3 grupos ou comitês de trabalho.

As reuniões ordinárias foram planejadas para acontecerem numa periodicidade máxima de 90 dias.

3.1.2 Principais assuntos discutidos nas reuniões da Câmara Temática Nacional

Até a realização desta pesquisa, haviam sido realizadas 9 reuniões, sendo uma de instalação e oito reuniões ordinárias. Consultando as atas das reuniões, relataram-se alguns dos principais assuntos discutidos:

Tabela I - Assuntos discutidos nas reuniões da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool

Política de Estoques:
- Preocupação com o excesso de oferta de cana e orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para que a população reduza o consumo de açúcar
- Viabilização de recursos destinados ao financiamento da estocagem, na ordem de R\$ 500 milhões, com recurso da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)
Políticas de Incentivo às Energias Renováveis:
- A importância da retomada do carro a álcool e da necessidade de apoio do governo à expansão do combustível sustentável
- Importância de se determinar um marco regulatório consistente para o setor que ajude o Brasil a se estabelecer ainda mais como liderança mundial em termos de desenvolvimento de energias renováveis
- A problemática dos contratos e preços de energia elétrica oriunda de biomassa, que foram assinados com as empresas de energia, que querem diminuir os preços
Tributos:
- A redução da alíquota de ICMS de 25% para 12% do imposto incidente sobre o álcool combustível hidratado
- Agendamento com o ministro da fazenda para que incluía o álcool nos produtos com menor alíquota de ICMS e para que possa ser expedido decreto zerando o PIS e COFINS
Questões Sociais:
- Preocupação no sentido de que a desejada expansão do setor fosse benéfica, também aos fornecedores e produtores de cana
- Discussão, via Grupo, da importância da criação do sistema de Conselhos Estaduais de produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool – Consecana, para assegurar aos plantadores, em especial os pequenos, remuneração condizente com a qualidade da cana-de-açúcar fornecida
- Qualificação, requalificação profissional e participação nos lucros para os produtores
Políticas de Mercado Expansão:
- Aumento do percentual da mistura de álcool anidro à gasolina, para 25%
- Campanha de marketing para revigorar a imagem do setor
- Quanto à questão da internacionalização das especificações técnicas do álcool, o Grupo considera-a de suma importância já que o país está negociando exportação do álcool combustível para diversos países, ou seja, procurando torná-la uma <i>commoditie</i>
Informações:
- Avaliação da evolução das safras

continua

Meio Ambiente:

- Com relação ao uso do aditivo MMT (metilciclopentadienilmanganês tricarbonila), que é substituto do álcool, mas extremamente poluente, o Grupo faz sugestão à ANP para proibir o uso do aditivo

Infra-estrutura:

- Discussão sobre a logística de exportação de álcool, via dutos com parcerias entre indústrias e Petrobrás

- Portos de Santos (São Paulo) e Paranaguá (Paraná) são fundamentais para as pretensões do Brasil em exportações de álcool, mas são os que apresentam problemas mais graves. A ação conjunta do poder público e da iniciativa privada será capaz de solucionar tais problemas no curto ou médio prazo

Fonte: MAPA(2005)

Face às inúmeras discussões aventadas nas reuniões da Câmara Setorial, observou-se que poucas e efetivas foram as conquistas, podendo-se enumerar algumas:

- Mecanismos de financiamento: trabalho já está bem adiantado e vem contando com a participação significativa do Banco do Brasil.
- O Estado de São Paulo já fez tal redução de 25% para 12%, mas não foi estendida aos demais estados produtores.
- Criação do Consecana/NE e posteriormente em outros estados produtores, como em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná (esta já em funcionamento).
- Conselho Monetário Nacional – CMN – que aprovou a prorrogação dos prazos de pagamento do Programa de Estocagem de Álcool Etílico Carburante.
- Biodiesel: criada a Comissão Executiva Interministerial, designados membros desta Comissão e seu Grupo Gestor, que ficou encarregada de implementar as ações necessárias para a adoção do uso do biodiesel.
- Participação de membro da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool no grupo interministerial a ser criado para discutir o assunto da redução da ingestão de açúcar na dieta do brasileiro, conforme proposto pela Organização Mundial da Saúde – OMS.
- Reservados 1.100 MW no programa de co-geração para a agroindústria canaveieira, dos 3.300 MW disponíveis.

3.1.3 A participação do Paraná

Não foi evidenciada a participação de quaisquer entidades, sejam públicas ou privadas, nem de produtores na composição dos grupos de trabalho da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool. Ademais, o estado foi citado apenas duas vezes nas nove reuniões da Câmara, especialmente na ata da 6ª reunião, no Grupo Temático Temporário “Barreiras à Competitividade”, em que se comentava sobre as dificuldades encontradas nos portos de Santos (São Paulo) e Paranaguá (Paraná), que apesar de serem fundamentais para as pretensões do Brasil em exportações de álcool, são os que apresentam

problemas mais graves.

Questionada sobre a participação do Paraná, a secretaria executiva da Câmara Setorial informou que na época da composição da Câmara houve a preocupação de fazer com que os principais estados produtores fossem contemplados. No caso do Paraná, foi combinado junto à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que seu representante fosse do Paraná e que pudesse representar o estado e a OCB. Sendo assim, o representante da OCB na Câmara é o Presidente da Alcopar.

3.2 Dados da pesquisa

Com base na tabulação dos questionários enviados, pode-se inicialmente relatar o nível atual de representatividade política das esferas federal e estadual nas defesas dos interesses da agroindústria canaveieira. A figura 2 ilustra as respostas dos atores deste setor no Paraná, por meio de suas representações.⁷ As respostas evidenciam que apenas para o segmento instituto de pesquisa a representação federal tem sido mais expressiva do que a estadual. Segundo a classificação adotada, nenhum segmento considera boa a representatividade política partidária, ficando todos com a classificação regular. Os representantes dos trabalhadores e o setor privado são os que consideraram a representatividade federal menos atuante.

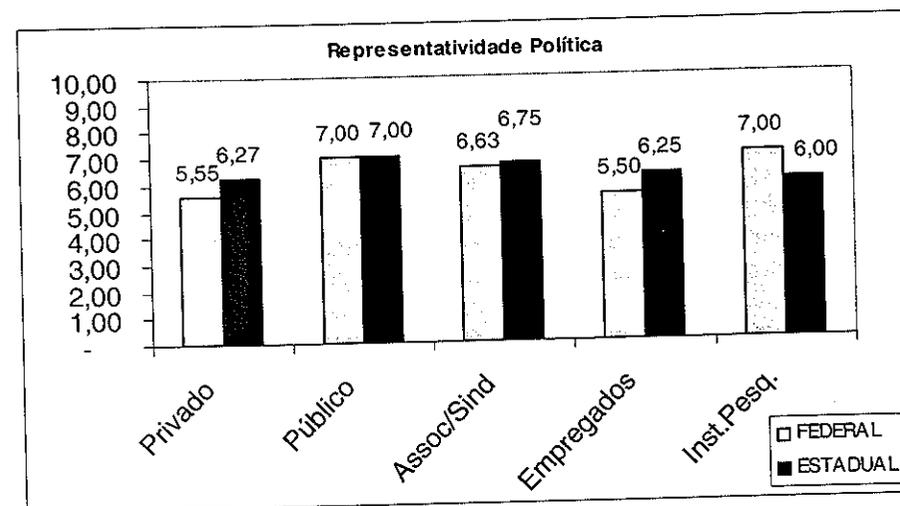


Figura 2 – Gráfico de representatividade política
Fonte: dados da pesquisa

⁷ Vale lembrar que na tabulação dos questionários foram considerados os seguintes níveis de classificação quanto a importância e/ou satisfação: de 0-3,0 péssimo/não importante; de 3,1-5,0 ruim/pouco importante; de 5,1-7,0 regular/regular importância; de 7,1-8,0 bom/importante; e de 8,1-10 ótimo/muito importante. Portanto, as ordenadas das figuras 2 e 3 salientam esses números.

O setor privado considera ruim a representatividade de partidos políticos e/ou candidatos eleitos na defesa de seus interesses particulares; já para a defesa dos interesses do setor como um todo, considera a participação regular. Para esse segmento, as conquistas têm sido alcançadas via outras entidades de representação de interesse coletivo, considerando ótima a participação dessas entidades.

Para o setor público, representado pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SEAB), mesmo que as conquistas tenham acontecido mais via representação política partidária, considera regular a atuação dos partidos e candidatos eleitos na elaboração de políticas públicas. Ainda para esse ator, a Câmara nacional tem sido péssima em termos de benefícios, o que configura uma participação praticamente nula no que diz respeito à formulação de políticas públicas de interesse da agroindústria canavieira no Paraná. ASEAB lembra que mesmo sendo o Paraná o 2º maior produtor nacional de álcool e 2º maior produtor de açúcar, tem apenas como representante na Câmara nacional um membro da Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR), ou seja, do setor produtivo. Para esse órgão, a Câmara nacional reduz o seu desempenho em não oportunizar a participação de outros atores, especialmente do setor público do Estado do Paraná, dada a sua isenção e importância para a agroindústria canavieira do País.

Contudo, para as associações e sindicatos patronais, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool foi considerada ótima em termos implementação de soluções benéficas, assim como a representação dos próprios sindicatos na orquestração e conquista de seus interesses. Para o segmento empregados, tanto os partidos/candidatos eleitos como a Câmara têm tido uma importância considerada como ruim na conquista dos interesses da classe trabalhista. Entretanto, as entidades de representação, em que se destacam os sindicatos, foram classificadas como boas, na questão da importância destas para as conquistas. Já para a universidade, as melhorias têm sido alcançadas de forma mais intensa via outras entidades de representação, como a da própria Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool.

Questionados sobre as entidades que os representariam de forma mais satisfatória, o setor privado representado pelas empresas apontou a Associação de Produtores de Alcool e Açúcar do Estado do Paraná (ALCOPAR) como a entidade de maior importância para o segmento, seguida pelo Sindicato da Indústria de Açúcar do Estado do Paraná (SIAPAR) e pelo Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do Estado do Paraná (SIALPAR), todos considerados muito importantes, de acordo com a classificação sugerida. A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool e outros sindicatos e organizações foram considerados pouco importantes.

Para o setor público, o Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado do PARANÁ (Consecana/PR) e a Câmara Setorial não têm atuado de forma importante na formulação e efetivação de políticas públicas. Os atores considerados de regular importância para o Paraná foram ALCOPAR, SIALPAR e SIAPAR. Já o grupo das associações e sindicatos patronais considerou muito importante a ação da ALCOPAR e importantes as ações do SIAPAR e SIALPAR, considerando ainda como de regular importância as ações da Câmara. A universidade considera muito importante a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool e importante as ações da ALCOPAR, SIALPAR e SIAPAR.

Os representantes dos trabalhadores revelam um descontentamento com relação à participação das entidades na representação dos seus interesses. Apenas uma entidade teve classificação regular, os próprios sindicatos de trabalhadores alegam não atuarem de forma mais intensa em virtude de que há pouca participação dos próprios funcionários das indústrias sucroalcooleiras. As ações das demais foram classificadas como pouco importantes (SIAPAR e Câmara Setorial Nacional) e sem importância. A figura 3 evidencia essa situação.

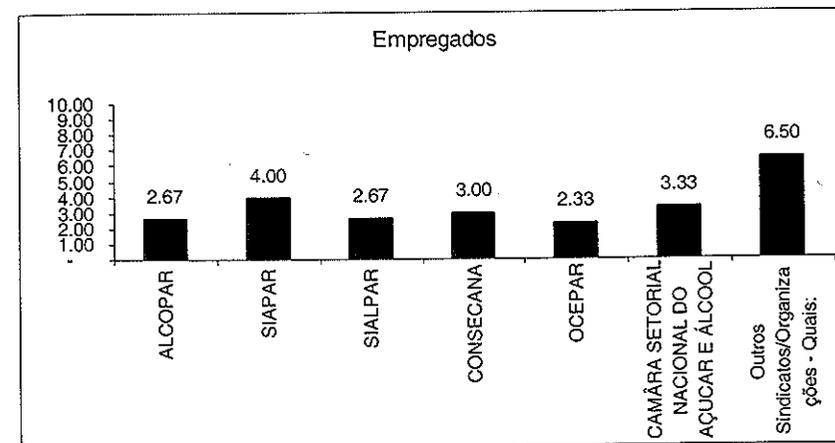


Figura 3 – Importância considerada pelos empregados às entidades de representação dos seus interesses.

Fonte: dados da pesquisa

A teoria do neocorporativismo considera que as políticas públicas somente se aproximarão dos interesses de determinado setor se houver a participação de todos os atores envolvidos. Considerando essa prerrogativa, buscou-se conhecer os níveis de consulta dos órgãos públicos às organizações e empresas do setor para a definição dessas políticas. Apenas 18% do setor privado afirmou ter sido consultado por órgãos públicos, e que essas consultas foram basicamente quanto a política de preços, situação de mercado e questões relacionadas ao meio ambiente. Da mesma forma, a Secretaria Estadual da Agricultura afirma ter sido consultada para o fornecimento de informações quanto a expansão da cultura da cana-de-açúcar, uso do solo e riscos da monocultura. A maioria das associações e sindicatos patronais também já foi consultada (75%) para o fornecimento de informações para o estabelecimento de políticas públicas, seja quanto às legislações, ampliação do setor, melhoramento de variedades para a cultura, atualização tecnológica de processos industriais ou participação no mercado internacional. Outros itens citados foram: implementação de novos programas de investimento a médio e longo prazo e políticas de co-geração de energia. Os representantes dos empregados também foram consultados (75%). As informações solicitadas foram basicamente quanto a número de empregados (perspectiva de aumento de quadro), revezamento de turnos e melhoria da

produtividade. A universidade também já foi ouvida, especialmente porque faz parte do Consecana. Segundo informações do Prof. Canziani, do Consecana/PR, o Conselho, enquanto paritário, se preocupa com as relações comerciais entre produtores rurais e indústria. O governo não participa do Conselho, mas pode utilizar os dados públicos do Consecana (principalmente preços de comercialização) para estabelecer suas políticas.

Por outro lado, o nível de representação nos diversos segmentos é tão forte e eficaz quanto a participação de seus membros enquanto partes interessadas. Para tanto, procurou-se avaliar o nível de participação dos diversos atores nos processos de discussão e implementação de políticas públicas de interesse dos mesmos. No setor privado, 55% das empresas classificaram sua participação como forte e 18% como muito forte. Já no setor público, a participação na definição de políticas públicas é tida como forte. Para 50% das associações e sindicatos patronais, a sua participação foi considerada muito forte, 38% considera forte e 13% considera moderada a sua participação na defesa dos seus interesses. O segmento denominado empregados considera a sua participação ainda tímida, 50% classificou como moderada, 25% forte e 25% considerou fraca a participação quando da discussão de políticas para a agroindústria canvieira, em especial para a mão-de-obra agroindustrial. A universidade considera moderada a sua participação.

Sobre as oportunidades de participar em ações integradas, com a participação dos diversos atores envolvidos na agroindústria canvieira para a definição de políticas públicas que fossem benéficas a todas as partes, apenas 27% das empresas pesquisadas e 25% dos sindicatos representantes dos empregados afirmaram ter sido convidados (figura 4).

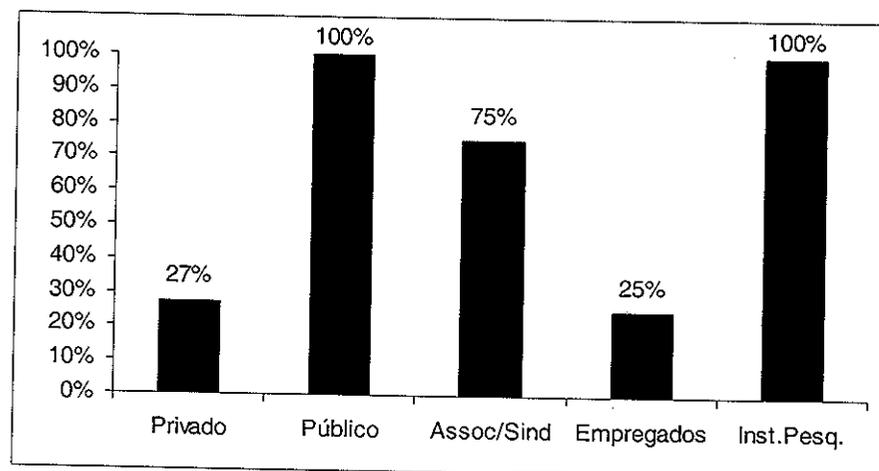


Figura 4 – Percentual dos que já receberam convites para a participação em ações integradas

Fonte: dados da pesquisa

Não obstante, 75% das associações e sindicatos patronais e 100% dos representantes do setor público e universidade disseram já ter sido convidados a participar de ações

conjuntas para a formulação de políticas e orquestração de interesses comuns, evidenciando ainda que alguns dos principais atores pouco são considerados no momento em que se necessita pensar as políticas e estratégias setoriais. Também é fato que, de certa forma, sendo o setor privado representado por associações e sindicatos patronais, já estaria fazendo parte dessas discussões, mesmo que indiretamente.

A agroindústria canvieira paranaense demonstra que nenhum dos atores envolvidos foi contrário a parcerias ou trabalho integrado como um dos fatores-chave para o desenvolvimento da cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Porém, ao opinarem se o setor canvieiro paranaense de fato é integrado em seus diversos níveis, nota-se uma clara divergência de percepções entre alguns setores, conforme figura 5. Pode-se observar, principalmente para os empregados, que 50% afirmam que o setor não é integrado, e o setor privado, neste caso representado pelas empresas, apresentou 45% dos entrevistados afirmando que o setor não é integrado. No entanto, esta percepção não é corroborada pelos setores públicos, associações e sindicatos patronais e institutos de pesquisa, que consideram o setor canvieiro paranaense altamente integrado. Talvez estas respostas devam-se, entre outras razões, ao fato de que estes setores possuem interesses comuns quando da participação na cadeia produtiva, fato que não ocorre com empresários e empregados, que possuem entre eles interesses divergentes, como questões trabalhistas, salariais, entre outras. É importante também frisar que as respostas evidenciam, nos setores privado e empregado, fortes divergências entre os próprios agentes que compõem o setor.

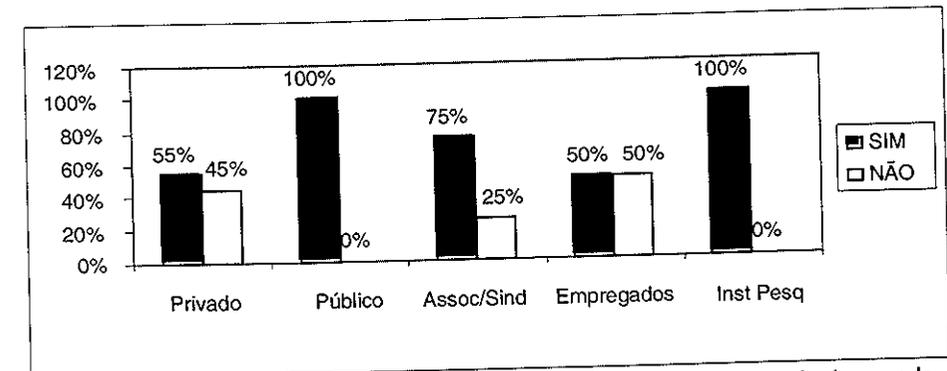


Figura 5 – Percentual dos que consideram a agroindústria canvieira integrada
Fonte: dados da pesquisa

Como toda pesquisa que envolve o setor canvieiro, a questão da desregulamentação do setor, no início dos anos 90, tem papel preponderante na análise da cadeia. E neste caso, como a pesquisa envolve políticas setoriais no enfoque neocorporativista, que basicamente trata das relações entre o Estado e os agentes privados, constata-se, confirmando diversos trabalhos efetuados junto a este setor, que a maioria dos setores envolvidos considera que os interesses corporativos da agroindústria canvieira são mais bem encaminhados num ambiente de desregulamentação, conforme evidencia a figura 6. É interessante notar que esta visão somente não é compartilhada pelos representantes dos trabalhadores que se dividem em relação a esta questão, pois para 50% dos entrevistados seus interesses eram

mais bem encaminhados num ambiente regulado. Pode-se explicar, em parte, esta divergência, porque estes compõem, na visão deles, o elo mais vulnerável da cadeia, acreditando que a presença do Estado regulador possa equilibrar as forças dos agentes atuantes do setor.

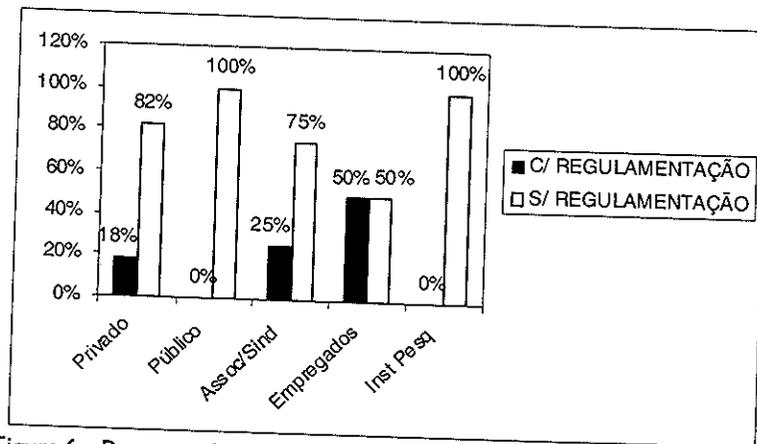


Figura 6 – Percentual dos que opinaram sobre a desregulamentação do setor
Fonte: dados da pesquisa

Na maioria dos atores – empresas, governo e empregados – a discussão de políticas públicas para o setor é vista como um fator primordial para a implantação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool. Neste tocante, observa-se que o setor privado, o setor público, os sindicatos de trabalhadores e institutos de pesquisa consideram a implantação desta Câmara muito importante e importante. No entanto, para 18% do setor privado e 50% do setor patronal a implantação da Câmara teria um papel moderado ou sem importância para a discussão de políticas setoriais (figura 7).

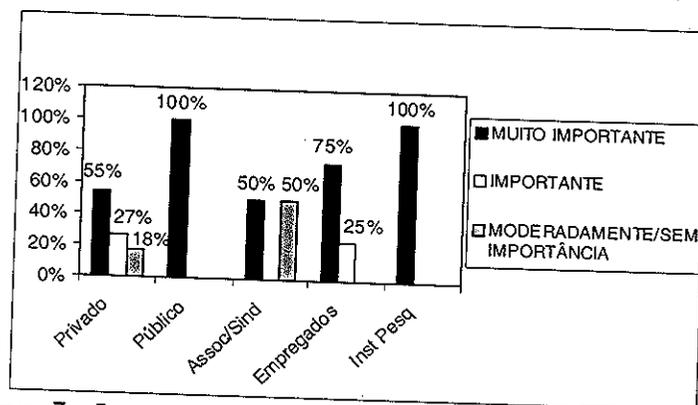


Figura 7 – Percentual dos que opinaram sobre a importância de uma Câmara Setorial para o setor
Fonte: dados da pesquisa

O Estado do Paraná não possui uma Câmara Setorial legalmente constituída. Diante disso, buscou-se levantar as razões por que o Paraná não possui esta forma de representação para a agroindústria canvieira. O que se constata, de acordo com a figura 8, é que não há uma grande razão, mas sim uma série de razões, que na opinião dos setores entrevistados tornam a implantação desta Câmara Setorial uma tarefa de difícil consecução. Dentre as razões apontadas, as que apresentaram uma maior incidência de respostas (19%) foram as que afirmaram que não é necessária esta forma de representatividade. Segundo essa visão, o setor se auto-regula ou consideram a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool (de âmbito nacional) suficiente para representá-los nas questões que envolvem a agroindústria canvieira (figura 8).

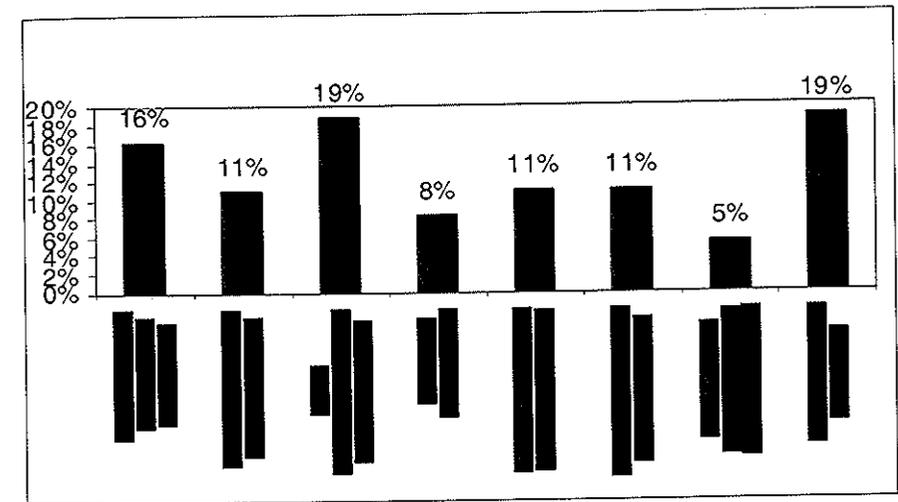


Figura 8 – Percentual dos que opinaram sobre as razões da não existência de Câmara Setorial para o setor no Paraná
Fonte: dados da pesquisa

A importância de um fórum de debate entre os diversos atores do setor produtivo da cana-de-açúcar demonstra que o setor considera a adoção de políticas conjuntas um fato destacado. Diante disso, perguntou-se aos seus vários segmentos qual seria a principal característica de uma Câmara Setorial para este setor no Estado do Paraná. De acordo com os resultados obtidos (vide figura 9) se constata que 57% dos agentes privados, 100% dos representantes do setor público, 63% das associações e sindicatos patronais e 75% dos representantes dos trabalhadores consideram como principal característica um processo de co-gestão, ou seja, uma participação conjunta entre órgãos públicos e privados, para, por exemplo, formular políticas públicas para o setor. Os institutos de pesquisa acreditam que esta Câmara Setorial deveria ter como principal característica a auto-regulação, com ações e parcerias apenas privadas como, campanhas de marketing conjuntas, formação de preços, etc. Já os que consideram que esta Câmara deveria ser

apenas reivindicativa – atuando na formação de lobby para pressionar o Estado para questões como a diminuição de tributos, aumento da exportação, melhorias das obras de infra-estrutura, entre outros – representam uma pequena parcela do segmento. Estes são os que acreditam no que Shikida (1997, p. 155-156) denominou Paradigma Subvencionista:

De fato, historicamente, a agroindústria canavieira do Brasil fora objeto de intervencionismo governamental, variando apenas de grau conforme as circunstâncias e interesses de cada época. [...] Quer dizer, com mecanismos de regulação da atividade produtiva que iam desde o estabelecimento de quotas de produção (significando reserva de mercado), fixação de preços para a cana-de-açúcar, açúcar e álcool (significando uma certa garantia de margens mínimas de lucro), até a concessão de subsídios (significando um estímulo direto à atividade), o produtor da agroindústria canavieira não precisava, necessariamente, preocupar-se com alternativas tecnológicas que pudessem reduzir custos e proporcionar maior competitividade setorial, posto que sua permanência no setor estaria garantida minimamente pelos expedientes acima citados. Com tal panorama é incontroverso que muitos dos produtores da agroindústria canavieira se habituaram com este modelo de sobrevivência. [...] Destarte, estando a remuneração garantida, o uso de práticas rotineiras pôde ser continuamente reproduzido e os processos de busca e seleção passaram a ser condicionados por este paradigma subvencionista.

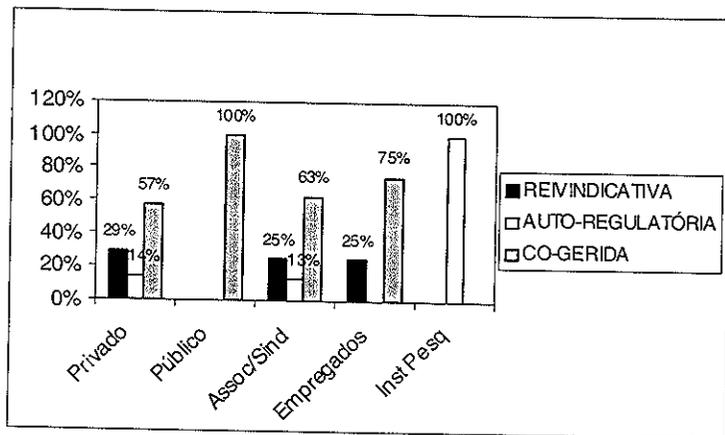


Figura 9 – Percentual dos que opinaram sobre as principais características da Câmara Setorial para o setor

Fonte: dados da pesquisa

4 Considerações finais

Este artigo objetivou apresentar um estudo sobre as políticas setoriais na agroindústria canavieira paranaense sob um enfoque neocorporativista, importante corpo teórico que surgiu nos últimos anos, e que tem sido um considerável apoio para as relações de concertação entre grupos de interesses e Estado.

A mudança do modo de atuação do Estado, principalmente no setor agropecuário, que quase sempre foi marcado pelo forte intervencionismo, impõe grandes mudanças a toda sociedade, particularmente em setores que sempre foram marcados pela grande regulamentação estatal, como é o caso da agroindústria canavieira.

É evidente que a redução da intervenção exercida, através do controle de preços, quantidades, comercialização dos produtos, aumentou a eficiência do sistema produtivo; por outro lado, apresenta grandes desafios ao setor privado, sendo um dos mais importantes o planejamento da oferta de cana-de-açúcar.

A questão de um consenso setorial exige um esforço de todos os agentes envolvidos, em função das características dessa cadeia produtiva, considerando-se o número de produtores e as diversidades existentes. Não obstante, não se deve esquecer, que surgem novos atores - como ambientalistas, produtores de orgânicos, organizações ligadas aos direitos humanos - que podem "dificultar" o processo de um consenso setorial.

O consenso setorial, no caso da agroindústria canavieira paranaense, pode se manifestar através de uma Câmara Setorial, pois segundo o Ministro da Agricultura, "a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool é uma das mais ativas e o governo vem se motivando à medida que os trabalhos dos Grupos Temáticos sinalizam a elaboração de políticas públicas". A criação dos Consecanas fora considerada como importante instrumento para a implementação de políticas que tragam equilíbrio à cadeia sucroalcooleira.

O segmento dos empregados carece de uma atenção especial, independentemente da criação de uma Câmara Setorial em nível de estado. Este "insumo" essencial à produção e evolução da agroindústria canavieira deve ser mais atentamente observado sob pena de se criar um gap entre evolução tecnológica de equipamentos e os seus operadores.

Neste trabalho ficou evidenciado que as empresas não atingiram um grau de integração que as permitisse atingir a auto-regulação, desejo acalentado por muitos empresários do setor. Quanto ao Estado, cabe assumir um papel mais abrangente, isto por meio de políticas públicas, tais como: melhorar a inserção do Paraná no mercado nacional e internacional, reduzir os impactos ambientais causados pelo setor, entre outros. Em relação a participação do Estado, deve-se mencionar que, desde a edição do Decreto 3.493 de 18/08/2004, considera-se a necessidade do poder público atuar junto à iniciativa privada para a promoção e incremento do aumento da produção de álcool combustível e açúcar.

Finalmente, cabe ressaltar que o presente trabalho seguiu um determinado rumo teórico-metodológico, num universo de inúmeras outras diretrizes que poderiam ser utilizadas para a análise desse objeto de estudo. Não obstante, se este trabalho proporcionar ganhos para o debate acerca da agroindústria canavieira paranaense, o mesmo terá

cumprido um dos papéis precípuos da pesquisa, que é estimular/enriquecer a discussão científica, seja no âmbito da academia ou fora dela. Assim, como futuras extensões, sugere que mais estudos possam ser realizados para examinar novas contextualizações que corroborem, ou não, o que foi discutido neste artigo.

Referências

- ALCOPAR. O setor de açúcar e álcool no Paraná. *Paraná açúcar e álcool*. Informativo mensal da Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná - ALCOPAR. Maringá, Ano V, n. 70, Abr. 2002. p.10.
- ALCOPAR. 2005a. Disponível em: <<http://www.alcopar.org.br>>. Acesso em: 21 fev. 2005.
- ALCOPAR. *Histórico da Produção Brasil*. 2005b. Disponível em: <http://www.alcopar.org.br/histprod_br/index.htm>. Acesso em: 21 fev. 2005.
- ALVES, F. J. da C. Diagnóstico e propostas de políticas públicas para o complexo agroindustrial canaveiro na macrorregião de Ribeirão Preto. In: MORAES, M. A. F. D. de; SHIKIDA, P. F. A. (Orgs.) *Agroindústria canaveira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios*. São Paulo: Atlas, 2002a. p.120-138.
- BELIK, W. *Agroindústria processadora e política econômica*. Campinas, 1992. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.
- BELIK, W., RAMOS, P., VIAN, C. E. F. Mudanças institucionais e seus impactos nas estratégias dos capitais do complexo agroindustrial canaveiro no Centro-Sul do Brasil. In: CONGRESSO DA SOBER, n.36, 1998, Poços de Caldas. *Anais do 36º Congresso da SOBER*. Brasília, 1998, v. 1, p. 519-32.
- BELIK, W., VIAN, C. E. F. Os desafios para a reestruturação do complexo agroindustrial canaveiro do Centro-Sul. *Revista Economia*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.153-194, jan./jun. 2003.
- CAWSON, A. *Corporatism and political theory*. Basil Blackwell, 1986.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- EID, F. Progresso técnico na agroindústria sucroalcooleira. *Informações Econômicas*, v. 26, n. 5, p. 29-36, maio 1996.
- FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. *Competitividade: mercado, Estado e organizações*. São Paulo: Singular, 1997.
- GIL, A. C. *Técnicas de pesquisa em economia*. São Paulo: Atlas, 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Complexos agroindustriais e outros complexos. In: GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/IE, 1996.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996.

- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). *Atas das reuniões da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool*. Disponível em http://masrv56.agricultura.gov.br/camaras_setorias/alcool/html/grupos_tematicos.htm. Acesso em: 09 fev. 2005.
- MORAES, M. A. F. D. *A desregulamentação do setor sucroalcooleiro do Brasil*. Americana: Caminho Editorial, 2000.
- MORAES, M. A. F. D. de; SHIKIDA, P. F. A. (Orgs.) *Agroindústria canaveira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios*. São Paulo: Atlas, 2002a. p.120-138.
- PASIN, R. M.; NEVES, M. F. Mergers, acquisitions and internalization of the sugar cane industry in Brazil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON AGRI-FOOD CHAIN / NETWORKS ECONOMICS AND MANAGEMENT, 3.; Ribeirão Preto (SP), 2001. *Anais...* São Paulo: PENSA/USP-FEA-RB, 2001. (versão em CD ROM).
- RAMOS, P. *Agroindústria canaveira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- SAES, M. S. M. *A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café*. 1995. 166 f. Tese (Doutorado em Economia) – FEA/USP.
- SCHMITTER, P. C. Still the century of corporatism? *The Review of Politics*. Indiana, jan. 1974, v.36, n.1.
- SHIKIDA, P. F. A. *A evolução diferenciada da agroindústria canaveira no Brasil de 1975 a 1995*. 1997. 191 f. Tese (Doutorado em Ciências) – ESALQ/USP.
- SHIKIDA, P. F. A.; FRANTZ, R. L. Estratégias de atuação da ALCOPAR (PR) em face da desregulamentação setorial e da globalização da economia. In: MONTTOYA, M. A.; ROSSETO, C. R. (Orgs.) *Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro*. Passo Fundo: Editora UPF, 2002. p.181-205.
- SHIKIDA, P. F. A.; MORAES, M. A. D. de; ALVES, L. R. A. Agroindústria canaveira do Brasil: intervencionismo, desregulamentação e neocorporatismo. *Revista de Economia e Agronegócio*, Viçosa (MG), v.2, n.3, p.361-382, jul./set. 2004.
- SZMRECSÁNYI, T. *O planejamento da agroindústria canaveira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1979.
- TAKAGI, M. *Câmaras setoriais agroindustriais, representação de interesses e políticas públicas*. São Paulo: Annablume, 2004.
- VIAN, C. E. de F. *Agroindústria canaveira: estratégias competitivas e modernização*. Campinas: Átomo, 2003.
- VIEIRA, A. C. *Integração vertical, concentração e exclusão na citricultura paulista*. 2003. 168 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – UFSCar.

Recebido para publicação em 19/01/05

Aceito para publicação em 21/04/05